

GÊNERO E SINDICALISMO: SITUANDO O “PONTO-DE-VISTA” DA MILITANCIA SINDICAL NUMA PERSPECTIVA DAS INTERSECIONALIDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Vanderlay Santana Reina¹

RESUMO

Neste artigo, busca-se trazer o panorama dos anos 70 a 90 para compreender a intersecção entre gênero e sindicalismo naquele período, com base em reflexões da pesquisa realizada no período de 2014 a 2019, no que concerne as relações institucionais do “Ponto-de-vista” das relações de produção e a sua contrapartida sindical, vistas como instrumento de controle social da mercantilização da força de trabalho. Assim, estuda-se trajetórias e experiências de militantes sindicais, articuladas às interseções entre as dimensões de gênero, raça/etnia, classe social e gerações, numa perspectiva feminista. Ser homem ou ser mulher vai definir uma posição na militância sindical? E como o masculino e o feminino ocupam esse espaço em busca da igualdade de participação, do avanço das lutas e das reivindicações? Esquadrinha-se dados e referências, no âmbito do sindicalismo, no SINERGIA-BA², inserindo incursões pontuais sobre o sindicalismo francês³ – CFDT⁴ e CGT/UFEQT⁵.

Palavras-chave: Gênero; Raça/etnicidade; Classe; Sindicalismo; Interseccionalidades.

ABSTRACT

In this article, we seek to bring the panorama of the 70s to 90s to understand the intersection between gender and unionism in that period, based on reflections of the research carried out in the period from 2014 to 2019, regarding the institutional relations of the “view point” of production relations and its trade union counterpart, seen as an instrument of social control of the commodification of the workforce. Thus, trajectories and experiences of union activists are studied, articulated to the intersections between the dimensions of gender, race/ethnicity, social class and generations, in a feminist perspective. Will being a man or a woman define a position in union militancy? And how do men and women occupy this space in search of equal participation, the advancement of struggles and demands? Data and references, within the scope of trade unionism, are scrutinized at SINERGIA-BA, inserting specific incursions on French trade unionism – CFDT and CGT/UFEQT.

Keywords : Gender; Race/ethnicity; Class; Trade Unionism; Intersectionalities.

RÉSUMÉ

Pour comprendre l'intersection entre genre et syndicalisme, nous cherchons à rapprocher le panorama, des années 1970 à 1990, à des réflexions sur les recherches menées dans la période de

¹ Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela UFBA. Professora e Pesquisadora, vice-líder do DIGREG/UFBA/CNPQ – Desigualdades sociais e interseccionalidades de classe, gênero, raça/etnia e gerações. Pesquisadora doutorado livre na EHESS/Paris/Bolsista CAPES. Email: vandecax@hotmail.com.

² SINERGIA – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétricas do Estado da Bahia.

³ EHESS – École de Hautes Études em Sciences Sociales. Experiência de pesquisa em Paris-Fr, financiada pela CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

⁴ CFDT- Confédération Française Démocratique du Travail;

⁵ CGT/UFICT – Confédération Générale du Travail/Union Fédérale des Ingénieurs, Cadres, Techniciens.

2014 à 2019, dans le contexte du monde du travail au Brésil. La configuration de son organisation et de sa structuration concerne les relations institutionnelles du « point de vue » des relations de production et de leur contrepartie syndicale, ici considérées comme instrument de contrôle social du marché de la force de travail. Ainsi, les trajectoires et les expériences des militants syndicaux sont étudiées en articulant les intersections entre les dimensions de genre, race/ethnicité, classe sociale et générations, dans une perspective féministe. Le fait d'être un homme ou une femme définira-t-il une position dans le militantisme syndical ? Et comment les femmes et les hommes occupent-ils cet espace à la recherche de l'égalité de participation, de l'avancement des luttes et des revendications ? Les données et références sont obtenues, dans le cadre du syndicalisme, en consultant le SYNERGIA-BA⁶, avec quelques incursions spécifiques sur le syndicalisme français⁷ établies par des contacts auprès de la CFDT⁸ et de la CGT/UFEQT⁹.

Mots-clés : Genre; Race/Ethnicité; Classe sociales; Syndicalisme; Intersectionnalités.

⁶ SINERGIA – Syndicat des travailleurs des industries de l'énergie hydroélectrique et thermoélectrique de l'État de Bahia.

⁷ EHESS - École de Hautes Études em Sciences Sociales. Expérience de recherche à Paris-Fr, financée par CAPES – Coordination pour le perfectionnement des personnels de l'enseignement supérieur (Brasília).

⁸ CFDT – Confédération Française Démocratique du Travail.

⁹ CGT/UFICT – Confédération Générale du Travail/Union Fédérale des Ingénieurs, Cadres et Techniciens.

INTRODUÇÃO

No contexto dos anos 70 a 90 o movimento sindical brasileiro começa a atravessar, a partir desse período, uma série de transformações que culminam com a chamada crise de identidade (ANTUNES, 2011). Merecem registro a queda na quantidade de greves, a redução na taxa de sindicalização, a proliferação burocrático-administrativa do número de sindicatos, a fragmentação das negociações e a diminuição na quantidade de reivindicações acordadas (POCHMANN, 1998). A diminuição na taxa de sindicalização no Brasil também foi apontada nos estudos de Leôncio Rodrigues (2002). Ressalta contudo esse pesquisador, a relevância da sindicalização dos funcionários públicos como um fator que contribuiu para atenuar a gravidade da dessindicalização no Brasil, nos Estados Unidos e em outros países do Norte Global.

Contudo, diante do agravamento da conjuntura política e econômica brasileira, vivendo ainda sob a ditadura militar no curso dos anos 80 e posterior nos anos 90, registra-se período de grande movimentação social e sindical no Brasil., O sindicalismo brasileiro vivia o seu período de alguma ascensão, havendo a criação de centrais sindicais – CUT, USI e CGT – com proliferação de greves e com a incorporação do funcionalismo público.

Alguns dos elementos que podem explicar tal crise e o declínio da organização sindical atualmente, no Brasil, referem-se às mutações individuais e à composição das forças de trabalho, como, por exemplo, uma maior resistência à atuação sindical demonstrada por jovens, mulheres e desempregados/as, segundo assinalam Armando Boito Jr. e Paula Marcelino (2010).

No caso da França, tem crescido, ultimamente, a filiação feminina aos sindicatos, desde a reforma da previdência social em 2011. Entretanto, na realidade francesa, os estudos sobre a feminização dos sindicatos e as lutas políticas por igualdades salariais e contra todo tipo de discriminação revelam que as mobilizações salariais têm sido mais frequentes nos setores mais precários e pouco qualificados do mundo do trabalho e com maior presença feminina, pois as mulheres, longe de serem minorias, são as que mais ocupam os postos de menor *status* e com menor remuneração, a exemplo de setores como o têxtil, ramos industriais como a indústria microeletrônica e de serviços como o de cuidados. Isso propiciou o crescimento da exploração da força de trabalho feminina em ocupações de jornada de tempo de tempo parcial, como o trabalho doméstico, as

atividades no comércio, no cuidado, etc. (HIRATA, 2011; FALQUET, 2016; KERGOAT, 2016; MARUANI; MERON, 2016; SILVERA, 2016).

A partir dos dados fornecidos pelo Anuário Estatístico do Brasil (1980), Leda Gitahy e colaboradoras (1982) buscaram, por meio de uma pesquisa quali-quantitativa, relacionar o aumento da força de trabalho feminina durante a década de 70 (1970-1978) com a evolução de sua sindicalização. As autoras constataram que houve um acréscimo no número de trabalhadores/as urbanos/as sindicalizados/as nesse período, passando, em números absolutos, de 2.132.056 (1970) para 4.271.450 (1978). Em relação à taxa de crescimento da PEA e da sindicalização masculina e feminina, nesse mesmo período, os dados mostram que o aumento da taxa de sindicalização feminina foi de 176,3%, sendo que a PEA urbana feminina foi acrescida em 123%. Em relação aos homens, o crescimento da PEA urbana e da sindicalização ocorreu com menor expressividade, correspondendo o crescimento total da PEA a 67% e a taxa de sindicalização a 100,3%. Esses dados levantados pelas autoras sinalizam que a sindicalização das mulheres ocorreu de modo mais acelerado quando comparada com a sindicalização dos homens, nesse mesmo período. Importante destacar que, a partir de 1976, o índice de sindicalização feminina (184%) foi superior ao da PEA (174%), fato este que, segundo essas autoras, pode estar relacionado à crescente participação das mulheres nos movimentos populares urbanos da época, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base – CEB.

A progressão das ocupações femininas na França tem mostrado que, apesar do aumento dos níveis da escolarização feminina e do acesso aos cargos mais qualificados, diversos indicadores registram a persistência das desigualdades de gênero nesse país. Tomando-se como referência o estudo de Anita Ardura e Rachel Silvera (2001) – “Igualdade de homens e mulheres: quais as estratégias sindicais?” –, esse tema foi apropriado dos dados do relatório apresentado no ano 2000 pelo Conselho Econômico e Social francês. Os números foram analisados à luz de um estudo de Cotta, (2001, apud Ardura; Silvera, 2001), publicado em 2001, mostrando o lugar ocupado pelas mulheres nas instâncias de decisão, ao ser examinada a taxa de sindicalização de 10% na França e no sul da Europa. Esses dados, conforme Ardura e Silvera (2001), comprovam a variação no nível geral de baixa incidência de sindicalizados/as, em relação aos países do Norte, como a Dinamarca (87%). As mulheres, no conjunto de sindicalizações na França, correspondem a 17,9%, constituindo, portanto, um percentual efetivamente diminuto (ARDURA; SILVERA, 2001). À guisa de esclarecimento, a cada representação das

mulheres nas organizações consagradas à questão da igualdade, revelam-se as diferentes experiências: 42% na CFDT, 28% na CGT e 36% na SUD¹⁰. Essa presença é três vezes inferior, particularmente na UNSA¹¹, CFTC, CGT-FO). Esse percentual diminuto no conjunto das afiliações sindicais não explica a expressiva presença das mulheres nos postos de responsabilidade em nível local, que é justificada pela paridade e pelo sistema de cotas (COTTA, 2001, apud ARDURA; SILVERA, 2001).

Desse modo, fica nítido que não é possível generalizar as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e, por conseguinte, na organização sindical. Nesse sentido, Ricardo Antunes (2011) tece críticas pertinentes sobre essas transformações ditas globalizantes, que acabam, na verdade, produzindo barreiras profundas e prejudiciais à classe trabalhadora, sendo necessário considerar as particularidades inerentes às sociedades e o tipo de desenvolvimento em termos de organização social e política.

Assim, busquei analisar o sindicalismo no Brasil (Bahia) numa perspectiva de gênero, criticando as tendências ainda recorrentemente apontadas pela historiografia que opera a partir de bases teóricas, ainda fundamentadas nos estudos e pesquisas na área da sociologia do trabalho, deixando de lado e/ou trabalhando de forma negligenciada a questão de gênero como uma das dimensões fundantes da vida social.

A ciência política, por exemplo, mesmo apresentando uma resistência tradicional à questão de gênero, segundo reflexões de Guillaume e Pochic (2013, P.480), estudiosas francesas do campo de gênero e sindicalismo, não teve mais como se negar a realizar estudos acerca do militantismo sindical:

Se a ciência política esteve aberta a questões de gênero, especialmente através do estudo do militantismo, o campo do sindicalismo e ainda mais das relações profissionais permanece centrado na análise das instituições – os sindicatos, os empregadores, a negociação coletiva [...] esse viés institucional, denunciado por pesquisadores britânicos (Wajcman, 2000), contribui para uma cegueira de gênero, como se os sindicatos e, mais amplamente, a dinâmica das relações profissionais não fossem estruturadas por relações sociais de sexo (de raça e de classe) e não tivessem contribuído para a sua (re)reprodução.

Neste viés dos estudos no campo do Sindicalismo e Gênero, a ciência política passa a desenvolver pesquisas, por exemplo, no âmbito das relações patronais, da negociação coletiva, enfim, do sistema e da estrutura de organização e participação sindical, porém permanecendo centrada no contexto institucionalista. Desse modo, recebe

¹⁰Solidaires Unitaires Démocratiques.

¹¹ Union Nationale des Syndicats Autonomes.

críticas por contribuir para manter, no estudo do espaço sindical, a chamada “cegueira de gênero”. No âmbito do sindicalismo francês, assim como no Brasil, as novas pesquisas sobre a feminização do sindicato, particularmente quanto às políticas de igualdade, às lutas contra a discriminação, às mobilizações de assalariadas/os, às esferas precarizadas e/ou feminizadas e às representações seletivas das mulheres, como se faz nesta pesquisa, trazem reflexões não apenas sobre as divisões nas relações de gênero, como também sobre a representação de forma seletiva das mulheres, via sistema de cotas, paridade e “*Mixité*”. Esses sistemas são aprofundados na análise das trajetórias e experiências conforme Vanderlay Reina (2019) tomando-se como referência os estudos, por exemplo, de Paola Capellin (1994), Ana Alice Costa (2004), Silvera (2009) e Guillaume e Pochic (2013).

Efetivamente, a ciência política, a sociologia do trabalho, a sociologia do sindicalismo e a história social não podem mais fazer vistas grossas ao fato de que o sindicalismo tem sofrido reveses no que tange à questão da representatividade feminina no mundo do trabalho. Portanto, como negar que as relações sociais de gênero, de raça/etnia e de classe social continuem sendo estruturadas apenas a partir da supremacia do masculino e de uma elite branca em detrimento de uma perspectiva crítica que considere a interseccionalidade/consubstancialidade das dimensões de gênero, raça/etnia e classe?

É elucidativo apresentar alguma referência sobre a origem do termo “militantismo”, como ele surge, como passa a ser usado e que tradução remete a sua aterrissagem no espaço social do sindicalismo. A partir de quando e quais eventos marcam o significado a ele atribuído? Na França, o termo “militantismo” (LE MILITANTISME..., 2014) apareceu nos anos 60, para se referir a atividades exercidas por alguns sujeitos, membros ativos em algumas instituições de fomento à ação política. No entanto, se o termo militante é novo, o personagem, ao contrário é antigo, pois remonta a uma época atinente às lutas revolucionárias do século XIX.

Isso explica as atividades desempenhadas pelos sujeitos ativistas ao ingressarem num grupo de ação, ou seja, a clandestinidade, o sindicato, as centrais sindicais, a confederação, o partido político, a associação, a união ou mesmo fora da estrutura formal, indo além da simples filiação, com o propósito de realizar uma ação coletiva, ultrapassando o simples ativismo, ao produzirem protestos, escreverem petição, protagonizarem boicotes, entre outras.

2. “PONTO-DE-VISTA”: INTERSECCIONALIDADES DE GÊNERO, RAÇA/ETNICIDADE E CLASSE SOCIAL APONTAM A TRILHA A SER SEGUIDA

Aqui, cabe trazer à tona a relevância de se articular as Interseccionalidades que permeiam as dimensões de gênero, raça/etnia e classe social, que se encontram imbricadas e não se constituem em dimensões estanques, na visão de Crenshaw (2002). Crenshaw (2002,177) faz uso da metáfora da intersecção ao traçar uma analogia entre os vários eixos de poder, como uma encruzilhada, isto é, raça, etnia, gênero e classe que “[...] constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos [...] e como esses eixos se movem”. Mesmo quando Kergoat (2016, p.20) traz alguns questionamentos acerca da interseccionalidade, ao considerar que esse conceito “pode ser falsamente unificador”, tendo em vista que “a reflexão sobre a articulação das relações de poder [...] parece unificada com excessiva rapidez sob o termo interseccionalidade” (grifos no original), não deixa, por outro lado, de reconhecer que “o conceito ganhou tal extensão que acaba por englobar muitas acepções, algumas das quais se aproximam da análise do termo de consubstancialidade”. O termo consubstancialidade revela uma conexão marcada pela indissociabilidade entre as dimensões quais sejam, classe social, gênero e raça/etnia e gerações, porém acredito, tal como Kergoat (2016, p.21), que “[...] não há nem sobreposição e nem competição entre interseccionalidade e consubstancialidade. Há, ao mesmo tempo, distância e proximidade”. Em outras palavras, os termos aproximam-se no que concerne à atitude crítica ao desconsiderar inter-relação/conexão//indivisibilidade/unicidade entre as dimensões de análise da vida social em destaque, atitude esta que se reflete na dimensão que a opressão irá adquirir na trajetória de vida de alguém, pelo fato de ser/pertencer do/ao feminino/masculino, negro/branco, rico/pobre. Ademais, essas dimensões se distanciam “[...] na forma de pensar essa atitude crítica e de traduzi-las em práticas sociológicas” (KERGOAT, 2016, p.21).

Concordo com o pensamento similar de Collins (1989, p.7): “Devemos, de início, reconhecer raça, classe e gênero como interligados em nossas biografias. Porém, depois, devemos transcender as muitas diferenças para reconceitualizar raça, classe e gênero a fim de criar novas categorias de conexão”. Categoria é aqui entendida, como propõe

Kergoat (2016), como um marcador descritivo de “relação social” como tensão, desde que esta oprima, explore e domine.

Essa reconceitualização (reconceituação?) caracteriza-se, exatamente, por não conceber essas dimensões enquanto formas dicotômicas em si e entre elas. Ao contrário, deve-se apoiar nas conexões que constituem essas dimensões na dinâmica da vida em sociedade, visto que elas trazem/revelam, de modo latente e nítido, as diferentes formas de opressão em termos de trajetória de vida, pois se trata de dimensões sociais que não podem ser isoladas e/ou mesmo divididas e/ou hierarquizadas, ainda que os contextos determinem. Ou seja, não importa se a opção foi dada ao termo interseccionalidade ou à consubstancialidade entre as dimensões, visto que elas trazem/revelam, de modo latente e nítido, as diferentes formas de opressão em termos de trajetória de vida, pois se trata de dimensões sociais que não podem ser isoladas e/ou mesmo divididas e/ou hierarquizadas, ainda que os contextos determinem

Ou seja, não importa se a opção foi dada ao termo interseccionalidade ou à consubstancialidade entre as dimensões destacadas, quando se trata de analisar a realidade social. Muito mais importante do que isso é conceber gênero, raça/etnia e classe social enquanto dimensões que estruturam todos os tipos de relações que por elas perpassam e precisam ser concebidas enquanto tal, já que se encontram numa arena de antagonismos e disputa de poder, que demarca e estabelece as conexões e as diferenças entre elas, como bem destaca Kergoat (2016, p. 24): “[...] a classe ao mesmo tempo cria e divide o gênero e a raça, o gênero cria e divide a classe e a raça cria e divide o gênero e a classe”.

Em outros termos, constituem-se em dimensões indissociáveis, que formam uma espécie de trindade, de onde originalmente deriva o termo consubstancialidade, não sendo possível separar ou dividir os impactos de se pertencer a uma classe, a um determinado gênero e a uma raça/etnia, pois não há como precisar onde termina uma opressão e começa a outra, uma vez que elas se confundem e se articulam nas relações da vida em sociedade.

Diante disso, faz-se mister trazer à tona as concepções de sexo/gênero (SCOTT, 1994; DEVREUX, 2005; SAFIOTTI, 2009), classe social e experiência (THOMPSON, 1981, 1987) e raça/etnia (CARNEIRO, 2003, HOOKS, 2004, 2014; STOLKE, 2006; DAVIS, 2016), que orientam essas discussões. Concepções de grande valia, na medida em que não concebem nenhuma dessas dimensões isoladamente, mas como consequência da estrutura e da organização da vida em sociedade. Essas diversas dimensões geram uma

dinâmica de desempoderamento quando o impacto vem de várias direções, pois influenciam e são influenciadas, não somente pela estrutura, mas também pelo processo.

No pensamento de Srilatha Batliwala (1994), o empoderamento é um processo individual e coletivo de questionar as ideologias e as bases das relações de poder patriarcais em vigor. Tal qual aponta Scott (1994) ao entender que gênero como categoria de análise, em suas dimensões, significa representações de poder.

A partir desse entendimento, procurei estabelecer articulações entre as dimensões de gênero, raça/etnia, classe social e sindicalismo como uma ferramenta de análise dos espaços da ação política, a fim de iluminar o fenômeno das mudanças na esfera da representatividade e das lutas e disputas no SINERGIA-BA, principalmente ao posicionar gênero como pilar central das lógicas econômicas, políticas e sociais.

Dito isso, para as mulheres, “diferentemente” dos homens, ainda faltam muitas conquistas em termos de emancipação política, além de que esse processo se torna ainda mais lento em nosso país.

Evidente que, no Brasil, essa problemática de coconstrução das “diferenças” manifesta-se mais como efeito do racismo estrutural, do colonialismo, do poder institucional, do capitalismo como sistema econômico e do sexismo normativo cultural. Essas “diferenças” são engendradas conforme percebidas nas dimensões de gênero, raça/etnia e classe social, principalmente por conta do nosso passado recente, com mais de três séculos de escravismo.

Assim, tomei, como ponto de partida, a concepção teórico-metodológica da pesquisa feminista. Considero importante a concepção de Maria Miés (1998), quando a autora menciona que o/a pesquisador/a pode se reconhecer como sujeito/objeto de um contexto íntimo, passando a questionar as situações vividas, possibilitando certamente novas elaborações e até reflexões científicas e políticas.

Então, minha trajetória e experiência política, como trabalhadora e militante no SINERGIA-BA, sujeita à trama da luta de resistência, certamente pode suscitar/levantar e responder várias questões, que impactam, nesse processo de transitoriedade, a presença desse objeto no campo do gênero e do sindicalismo.

Dessa forma, considera-se como indispensável, como já dito, esse aporte, hoje mais relevante, apontado nos estudos de pesquisadoras/es feministas, de uma proposição sobre o aprofundamento da perspectiva epistemometodológica no sentido que se dá às interseccionalidades/consubstancialidades, por possibilitarem uma análise mais ampliada

de novos e velhos fenômenos. Tais fenômenos – a exemplo do racismo, do sexismo e do nacionalismo –, mais agravados com o acirramento das diversidades inseparáveis do racismo/nacionalismo e do racismo/regionalismo, atingem, particularmente, levadas de imigrantes/migrantes e são perpetrados pelo grande capital multinacional, exigindo a detenção de um olhar sobre o gênero, a raça/etnia e a classe social (COLLINS, 1989; CRENSHAW, 2002; BILGE, 2009; KERGOAT, 2016).

No âmbito da produção do conhecimento, da historicidade e das ciências políticas, sabe-se que são as instituições que proporcionam as condições para a realização da produção, da socialização e da aplicação do conhecimento, contudo as pesquisas feministas puseram em debate a controvertida neutralidade das ciências (HARDING, 2004).

Nessa via, é importante revisitar algumas chamadas das teóricas do Standpoint, tais como Sandra Harding (1986, 2004), Patricia Hill Collins (1989; 2009), Donna Haraway (1995) e Maria Miés (1998), que representam guias dos pressupostos teóricos dessas reflexões e interpretações da experiência dessas/es militantes sindicais. Autores como Michel Foucault (1992), Michelle Perrot (1996) e Marx e Engels (1998, 2013) orientam as reflexões críticas e as análises sobre classe social, poder e participação.

Pretendo deixar bem explicitados o interesse e o vínculo da pesquisadora com o tema deste estudo, na transversalidade da minha identidade, construída durante a trajetória pessoal e política – Quem fala? E de quem se fala? De que lugar se fala? De onde falo?

Não me distancio, ao contrário, reconheço o meu lugar na fronteira entre dois territórios – o lugar da fala e o de sujeito/objeto privilegiado do conhecimento. Desse modo, confronto o que é postulado nas ciências, com base nas teóricas feministas da “periferia”, vivendo a periferia do periférico, tentando, no limite aceitável, romper com as propostas androcêntrica e eurocêntrica, que desvalorizam as experiências e atividades das mulheres e de grupos minoritários/dominados, não privilegiados no humanismo ocidental, na perspectiva de um saber localizado. Logo, as concepções teóricas feministas de crítica à ciência androcêntrica, sexista embasam este estudo. É nesse aspecto que o estudo poderá tornar-se relevante.

Nesse sentido, tomo emprestada a visão de Thompson (1997, p. 57) ao afirmar: “Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser”. Trazer essas narrativas das

histórias de vida, trajetórias pessoais e experiências de outras épocas significa (re)proporções sobre o presente Eclea Bosi (2004). Este presente, na conjuntura atual do movimento sindical brasileiro, rerepresenta fatos e fenômenos remanescentes de um passado recente.

A identidade de gênero concernente à posição de sujeitos sociais, à experiência de militante, de pesquisadora afrodescendente, sindicalista e feminista, me impeliu a retomar o passado e buscar a validade da temática para a conjuntura atual.

Sabe-se que o movimento sindical neste século, na Bahia, em suas particularidades, ainda nos força a lançar um olhar sobre os desprivilegiados da sociedade brasileira, isto é, a classe trabalhadora, homens e mulheres, num país ainda com tantas desigualdades estruturais e sociais e que são também de gênero, de classe social e de raça/etnia. Para Saffioti (2009), o patriarcado, emaranhado na relatividade da diversidade de hierarquias concernentes à classe social e ao racismo, manifesta-se através de relações de poder vinculadas às categorias de sexo/gênero, expressando as contradições e os privilégios que cercam a vida de homens e mulheres.

Aliás, pode-se até afirmar, com base nos estudos e pesquisas trazidas pelas teóricas feministas e com foco nos estudos de gênero e das mulheres, que estas sempre tiveram sua figura encoberta na sociedade de classe e na história.

Ressalte-se que não é possível deixar de fora da discussão o viés geracional, como propõem, de forma convincente, os estudos da socióloga Alda Britto da Motta (1999), na medida em que as trajetórias vividas por homens e mulheres se posicionam na heterogeneidade de um espaço e de um tempo social vivido e aprendido, entendido como não igual para todas/os. Isso quer dizer que também não descarto a dimensão de idade/geração por se tratar de relações construídas pela sociedade, para atender às exigências de regulação e de controle da vida social.

3. DIFERENÇAS E INTERCRUZAMENTOS: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS

Defendo, neste recorte, que sexo/gênero, raça/etnia e classe, por si sós, não vão conseguir espelhar as “diferenças” constituídas nas trajetórias e experiências enquanto vivências, sem raciocinar em termos de inter cruzamentos das relações sociais que operam no mundo social do trabalho e como produção e reprodução social – na representação do

sindicato como catalisador de movimentos sociais – de trabalhadores(as) nas interseccionalidades de gênero e classe, na perspectiva de Crenshaw (2002) e nas consubstancialidades de sexo e classe através do olhar da feminista francesa Kergoat (2016). As autoras supracitadas certamente trouxeram subsídios para a discussão que se esquadrinha no que é diferente e no que é semelhante ao ser feito o recorte, neste estudo, sobre o sujeito situado, homens e mulheres, no campo do gênero e do sindicalismo a partir das relações sociais que incidem sobre gênero, raça/etnia e classe social. A categoria raça nesse contexto mostra-se de extrema relevância na medida em que o operariado entre os anos 70 e 90, predominava nos trabalhos operacionais, os chamados cargos manuais, distinguido na cor da pele preta, como os mais empobrecidos, e de jornada prolongada, de baixos salários e precariedade nas condições de trabalho. Era visível a predominância de homens negros nas assembleias do SINERGIA/BA e a diminuta presença de mulheres negras.

Com isso, quero ressaltar que a história da classe operária, na maioria das vezes, foi escrita por militantes tradicionalmente interessados na divulgação da imagem masculina e das correntes políticas, omitindo, de modo parcial, personagens relevantes como as mulheres, integrantes de peso na condução do movimento sindical e da história. Esse modelo ou modelagem pode denotar e reproduzir relações conflituosas no espaço do sindicalismo entre dirigentes e militantes sindicais, homens e mulheres.

A trajetória e a experiência, exprimindo o caminho como vivência plena de significados atribuídos por homens e mulheres, isto é, o ser homem e o ser mulher, definem a posição diferenciada e aproximada nos deslocamentos da trajetória sindical, mesmo em contextos distintos do capitalismo, neste caso tanto no Brasil como na França.

Esta assertiva aqui desenhada parte da suposição de que a concepção assexuada de trabalho, sob a égide da divisão social do trabalho e das hierarquias de gênero, subalterniza, a depender da classe, da raça/etnia e da nacionalidade, a posição e a localização de homens e mulheres no mercado de trabalho e no sindicato.

Tal concepção reproduz marcadores sociais de diferenciações e de construção de espaços de agências, permeando contornos, como apresentam os estudos de Vanessa de Barros (1998).

A realidade social de homens e mulheres reproduz ferramentas, criando obstáculos à inserção política das mulheres nas instâncias de poder, coextensivas ao

sindicalismo, ao tomar como referência a divisão sexual do trabalho e a história das mulheres durante o processo da industrialização (ZYLBERBERG-HOCQUARD, 2009). Interrogo assim o sindicalismo como instituto de mediação de conquistas sociais em vista da proposição feminista de que “o privado é político”. Isso veio ocorrer por conta do emergir das cinzas do movimento feminista, sobretudo na França pós-1968 e no Brasil durante o processo de transição da ditadura militar para o Estado de direito, em 1985.

3.1 TRAJETORIAS: PESSOAL, PROFISSIONAL E SINDICAL

Assim, compreendo que, no Brasil, em relação à mulher trabalhadora, atitude perpetuada pelo próprio movimento sindical, cuja prioridade constituía a reivindicação de ordem econômica, negaram-se, durante quase todo o século XX, o reconhecimento e o direito às condições igualitárias de trabalho, principalmente em relação a gênero, a raça/etnia e classe.

Questões como jornada de trabalho e assalariamento desigual sempre foram ignoradas, na perspectiva de privilegiar o espaço do doméstico como exclusivo para as mulheres. Com isso, reservou-se, tradicionalmente, a chefia da casa aos homens, mesmo quando a mulher assumia o sustento da família, como no caso das famílias monoparentais femininas. Não obstante, abordo aqui algumas questões pertinentes a esse velho e atual dilema: Qual a relevância em se estudar essas trajetórias e experiências de militantes sindicais no SINERGIA-BA? Como o masculino e o feminino ocupam esse espaço? Quais aspectos e dimensões da vida social estão imbricados nas trajetórias de mulheres e homens na esfera da militância no SINERGIA-BA? Quais implicações este estudo pode suscitar para o feminismo nas intersecções das relações de gênero, raça/etnia e classe social, em contextos socioculturais de tradição da hegemonia masculina, como o Brasil?

Essas interrogações não são apenas meras indagações, haja vista que a realidade prática, muitas vezes, impõe-se à ação política, e esta pode vir a se constituir num desafio, qual seja, procurar encontrar possibilidades de reflexões, de explicações e, quem sabe, de respostas, sobretudo no que diz respeito à análise das experiências que perpassam as relações de gênero na trajetória da participação política em sindicatos.

3.1.1 TORNAR-SE MILITANTE SINDICAL

O argumento de Thompson (1981), ao introduzir o termo cultura em junção com “experiência”, é que as pessoas não vivem sua própria experiência apenas como construção de pensamentos, ideias, mas também como elemento constitutivo do ser operário. A seguir, Thompson não nega que o trabalhador lida com sua experiência agregando sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades como valores. Isso significa a relevância das suas reflexões para este estudo pelo fato de ele ter separado a concepção de classe social das “tradicionais categorias do estruturalismo marxista” (SCOTT, 1999, p.33). Como pude compreender deste lugar que falo, isto é, da minha própria experiência como assistente social e dirigente do SINERGIA-BA, nem tudo é explicado pela condição de classe, existe uma brecha, um escape, que vai além dessa concepção. Para o autor, foi imprescindível considerar a junção da cultura e das experiências dos grupos de trabalhadores na passagem para a revolução industrial, principalmente no que se refere à identificação de uma consciência de classe.

A título de ilustração apresento a síntese de trajetórias e experiências de um dos grupos de “militantes sindicais” entrevistadas no propósito de mostrar a configuração dos dados compilados como representação dos esforços desprendidos por mulheres para engajamento nesse projeto de ação política em pro da classe trabalhadora. De início, escolhi mulheres que se auto identificaram como “mulheres negras”, o que diante do colorirmos à brasileira pode apresentar diferenças entre as pardas e “negra retinta”:

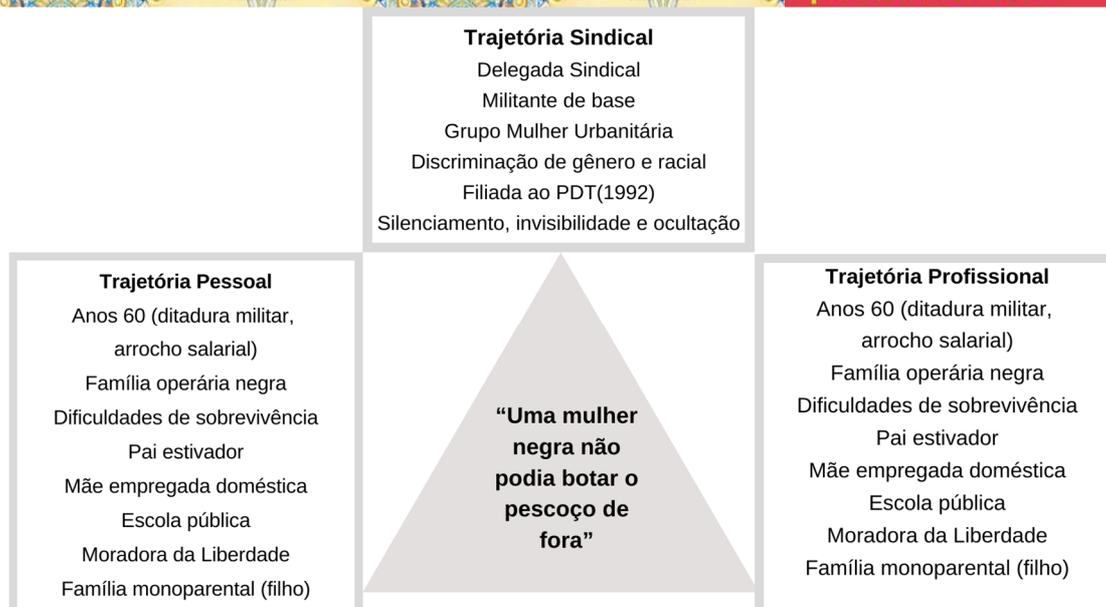
JEANNETTE MONTEIRO (Negra, 54 anos, Técnica em Eletrotécnica, Delegada Sindical)

Filha de pai sergipano e mãe baiana, natural da Cidade do Salvador, Bahia. Solteira, possui 3 filhos. Profissionalmente identificou-se com o curso de Eletrotécnica, foi a única mulher na classe, iniciando a sua trajetória profissional ao ser admitida na empresa Caraíba Metais. Em 1984 ingressou na COELBA, na cidade de Paulo Afonso, Durante uma greve na COELBA, no mesmo ano, Jeannete sindicalizou-se e filiou-se ao Partido dos Trabalhadores. Relata que por “sempre querer estar à frente de tudo e ter o poder da decisão”, diferente da maioria das mulheres, que, para ela, “são submissas no geral”. Exerceu o posto de delegada sindical. Hoje é aposentada e empresaria na área de treinamento profissional do setor elétrico.



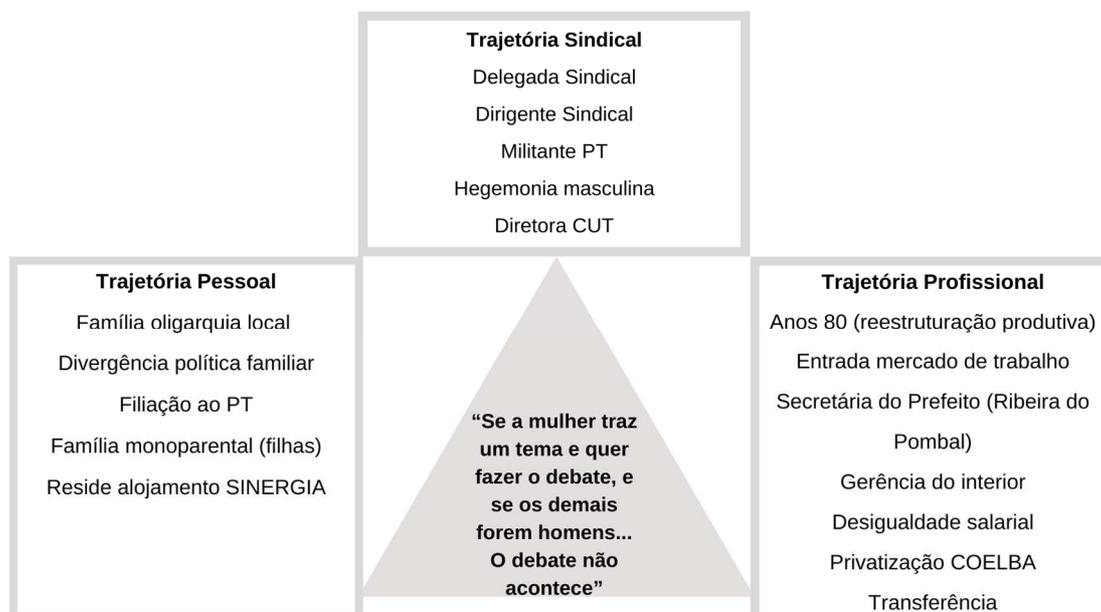
JOCELINA REGINA SANTOS (Jô, negra, Técnica em eletrotécnica na COELBA, Delegada Sindical)

Nasceu em Salvador, em 1958. Negra. Católica, também simpatizante das religiões de matrizes africanas. “Eu tinha o sonho de entrar na Escola Técnica”. “Eu tinha o sonho”. Sonho este continuamente perseguido durante toda a juventude, Em 1984, foi contratada na COELBA para ocupar o cargo de eletrotécnica, começou a frequentar o sindicato, nas várias campanhas salariais, greves, paralisações, reuniões de base, sendo eleita delegada sindical e, coordenadora das Mulheres Urbanitárias da COELBA e da EMBASA. . Afirma ter sofrido boicotes, durante sua participação no sindicato, segundo ela, os dirigentes achavam que se tratava apenas de uma “mulher negra e burra”, e que poderiam utilizar os seus votos para qualquer finalidade. Então, não permitiam que ela se pronunciasse em momento nenhum, o que gerou alguns conflitos entre Ela e alguns diretores do sindicato. Filiou-se ao PDT. Aposentou-se por invalidez, após 21 anos de trabalho.



Maria Cristina Brito (Negra¹², Analista Comercial, Secretária Geral do SINERGIA-BA)

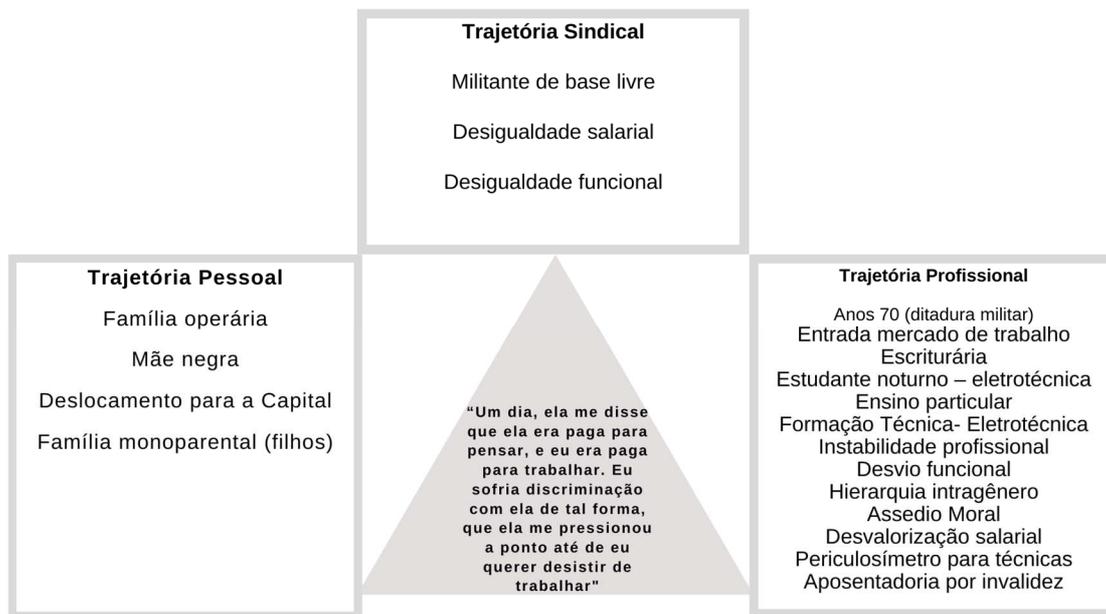
Maria Cristina iniciou sua trajetória política em 1980, ano em que se filiou ao Partido dos Trabalhadores, candidatando-se ao cargo de vice-prefeita no Município de Ribeira do Pombal, Região do Sisal. Em 1985, foi o momento de sua admissão na COELBA e, conseqüentemente, o início de sua trajetória no movimento sindical, a partir da filiação ao SINERGIA-BA. Hoje a protagonista é diretora da CUT/BA e do SINERGI/BA.



¹² Negra como identidade política.

HELENA CERQUEIRA GUIMARÃES (Parda, Técnica em Eletrotécnica na COELBA, Militante de Base Livre)

Nasceu em Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, em 08 de maio de 1956. Esta cidade se destaca pela influência da cultura afro-brasileira. Chefe de família, possui dois filhos. Formação em Eletrotécnica e Pedagogia. Iniciou a sua trajetória profissional na COELBA em 1978, como escriturária. Para que seus direitos na função de eletrotécnica fossem respeitados tal qual os homens, foi necessário que ela “travasse uma luta” pela igualdade de gênero, envolvendo a igualdade salarial, profissional e como mulher trabalhadora. A discriminação de gênero impulsionou sua adesão a militância sindical. Segundo Helena, os homens acreditavam que as mulheres não possuíam a competência necessária para executar as atribuições de eletrotécnica, para eles mais adequada ao sexo masculino. Por ser mulher, ela não tinha direito ao mesmo percentual de periculosidade dos homens, que recebiam 30% de acréscimo; enquanto as mulheres recebiam apenas 10%. Esteve presente em todas as greves, apesar do medo de uma possível retaliação da empresa com todos os grevistas, acima de tudo, todos ali possuíam a vontade de vencer e permanecer engajados naquela causa.

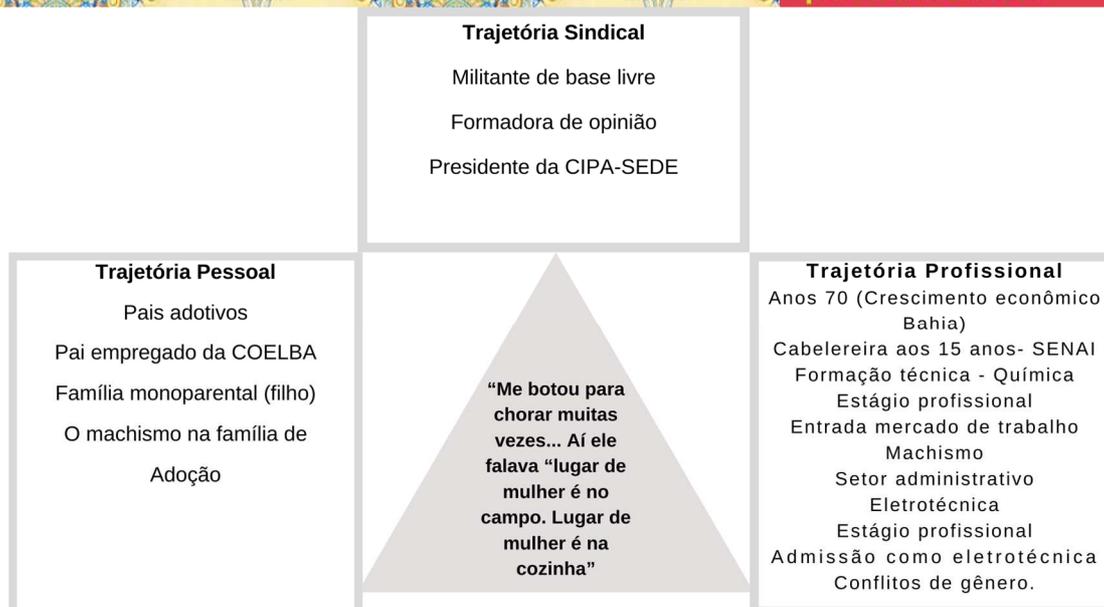


MARISE SOUSA SANTOS (Parda, Técnica em Eletrotécnica, Presidente da CIPA SEDE/COELBA, Militante de Base Livre) ¹³

Marise nasceu em 1959, na Cidade do Salvador/BA. Desde os 2 anos de idade, teve em seus tios a figura materna e paterna. Começou sua vida profissional como técnica em química no Polo Petroquímico de Camaçari/Ba, na COBAF- Companhia baiana de Fibras. Marise foi comunicada pelo superintendente dessa empresa a impossibilidade de sua permanência neste setor, pois considerava o trabalho inadequado para a mulher, o de supervisão, cujo posto de encarregada preenchia pré-requisitos mais afetos ao masculino, uma vez que se exigia o trabalho de turno e, em decorrência disso, a mulher não poderia exercer essa função. Marise optou por desligar-se da empresa. pressionada pela sua família entrou na FAELBA/COELBA, no Serviço Médico-Odontológico. Depois de um tempo atuando no setor administrativo, sem qualquer possibilidade de avançar profissionalmente, ela decidiu cursar eletrotécnica, em 1987. Ela optou por esse curso, pelo fato de se tratar da atividade fim da empresa. Pediu transferência da COELBA para a área técnica como secretária de inspeção, com a expectativa de ser enquadrada logo depois de concluir o curso de Eletrotécnica, o que aconteceu em 1989. Iniciou sua trajetória profissional como técnica em eletrotécnica na cidade de Camaçari. Os conflitos de gênero, conforme Marise, atravessaram as relações hierárquicas próprias do masculino, pois o seu primeiro chefe de setor dispensava um tratamento patriarcal eivado de preconceitos em relação as eletrotécnicas. De maneira desrespeitosa, ele sempre se dirigia às técnicas usando uma linguagem pejorativa, na intenção de subalternizá-las, diminuindo-as e questionando a capacidade técnica da mulher, fazendo uso de assédio moral para mostrar as condições e posições inferiores das mulheres perante os técnicos que atuavam no campo – Linhas de distribuição de energia elétrica. Assim, ele expressava seu preconceito:

“Esse negócio dessas mulheres retadas, que sobem em poste, que dirigem carro, lugar de mulher é na cozinha”. Me botou para chorar muitas vezes.

¹³ Entrevista realizada dia 23 de março de 2015 na residência da pesquisadora.



CONCLUSÃO

Essa minha inquietude se explica ao analisar as particularidades que atravessam a abordagem feminista, sobretudo a relação histórica de gênero com o mundo do trabalho e do sindicalismo, desconstruindo os diversos “mitos” sobre as mulheres serem avessas à participação política, de não fazerem planejamento das lutas e de estarem presas às reivindicações do cotidiano, cabendo aos homens, como atitude “natural”, as hierarquias de poder, a tomada de posição e a direção nas lutas políticas e sindicais.

Realmente, as fontes históricas e documentais, ao serem mais bem analisadas a partir da década de 60 e durante os anos 70 e 80, apontam transformações acerca dos estudos sobre a história das mulheres, sobretudo quanto à entrada das mulheres no mercado de trabalho, particularmente na indústria, e seu bias sindical, incorporado gradualmente pela sociologia do trabalho.

Esse pretenso “casamento” entre os estudos de gênero e sindicalismo nas ciências sociais, particularmente na sociologia do sindicalismo, na história social e nas ciências políticas, não ocorreu nem ocorre de forma pacífica, acarretando tensões, possivelmente em decorrência de hierarquias e da ordem patriarcal de gênero que excluem o feminino e, ao mesmo tempo, privilegiam o masculino como o mais capacitado, mais potente e mais viril para exercer o domínio e subalternizar “o outro”, com base em práticas culturais engendradas nas relações sociais de poder e, nesse aspecto, a ciência não tem sido vista como tão imparcial.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

ARDURA, Anita; SILVERA, Rachel. L'égalité hommes/femmes: quelles stratégies syndicales? *Revue de l'IRES*, v.37, n.3, p.1-25, 2001.

BARROS, Vanessa Andrade de. *Le pouvoir chez les dirigeants syndicaux au Brésil: une étude sur les trajectoires politiques des dirigeants syndicaux au Brésil*. 1998. Thèse (Doctorat en Sociologie)-Université de Paris VII, Paris, Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women's empowerment: new concept from action. In: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln C. (Ed.). *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*. Boston: Havard University Press, 1994. p.127-138.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, v. 225, n. 1, p. 70-88, 2009. Disponível em : < <https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70.htm> >. Acesso em: 11 jan. 2016.

BOITO Jr., Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás: um novo ciclo de greves na década de 2000. *Caderno CRH: Dossiê Metrópole*, Salvador, UFBA, v.23, n.59, p.323-338, 2010. Organização de Inaiá Maria Moreira de Carvalho.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2004.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos PAGU*, Campinas, Unicamp, n.13, p.191-221, 1999.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: enegrecer o feminismo. *Estudos Avançados*, v.17, n.49, p.117-132, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Toward a new vision race, class, and gender as categories of analysis and connection. In: SHAW, Susan M.; LEE, Jane (Org.). *Women's voices, feminist visions: classic and contemporary readings*. 2nd ed. Boston: McGraw-Hill, 1989. p.72-79. Disponível em: < http://www.memphis.edu/crow/pdfs/Toward_a_New_Vision_-_Race_class_and_Gender.pdf >. Acesso em: 13 set. 2018.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist practice. *University of Chicago Legal Forum*, n.1, p.139-167, 1989.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder* [1979]. 10.ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GITAHY, Leda; HIRATA, Helena; LOBO GARCIA, Elizabeth; MOYSÉS, Rosa Lúcia. Trabalho assalariado, sindicalização e reivindicações das operárias (1970/1980). In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE SOCIÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ASESP), 1., 1982, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1982.

GUILLAUME Cécile; POCHIC, Sophie. Syndicalisme. In: ACHIN, Cathérine; BERENI, Laure (Dir.). *Dictionnaire Genre et Science Politique: concepts, objets, problêmes*. Paris: Presses de Sciences Politiques, 2013. p.480-492 (Collection Références). Disponível em : <<http://www.cairn.info/dictionnaire-genre-et-science-politique--9782724613810-page-480.htm>>. Acesso em : 14 jul. 2017.

HARDING, Sandra. Standpoint Theory as site of political, philosophic, and scientific debate. In: _____. (Ed.). *The Feminist Standpoint Theory Reader: intellectual and political controverses*. New York and London: Routledge, 2004. p.1-15.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n.5, p.7-42, 1995.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Caderno CRH*, Salvador, UFBA, v.24, Número especial 1, p. 13-20, 2011.

HOOKS, Bell. *Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista* [1984]. In: _____. *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Madrid: Ed. Traficantes de Sueños, 2004. p.33-50.

HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo* [1981]. Tradução livre. Plataforma Gueto, jan. 2014. Disponível em : < <http://plataformegueto.files.wordpress.com/.../nc3a30-sou-eu-uma-mulher-traduzido...> >. Acesso em : 18 jul. 2017.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p.17-26.

MARUANI, Margareth; MERON, Monique. Como contar o trabalho das mulheres? França, 1901-2011. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. Tradução Carol de Paula. São Paulo: Boi Tempo, 2016. p.59-70.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I*. Tradução Reginaldo Sant'Ana. 31.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MIÉS, María. ¿Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? In: BARTRA, Eli. *Debates en torno a una metodología feminista*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1998. p.63-102.

PERROT, Michelle. A história feita de greves, excluídos & mulheres (entrevista). *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v.8, n.2, p.191-200, out. 1996.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

REINA, Vanderlay Santana. Gênero e Sindicalismo: Trajetórias e experiências políticas de Militantes Sindicais no SINERGIA, Bahia, entre os anos 70 a 90. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, PPGNEIM/FFCH/UFBA. Salvador, 2019. P.489.

RODRIGUES, Leôncio. Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. *Ontogênese e filogênese de gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. FLACSO-Brasil, jun. 2009 (Série Estudos e Ensaaios em Ciências Sociais)

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio: Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 3, p.11-27, 1994.

SILVERA, Rachel. O salário das mulheres na França no século XXI; ainda um quarto a menos. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. Tradução Carol de Paula. São Paulo: Boi Tempo, 2016. p.83-92.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.14, n.1, p.15-42, jan./abr.2006.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP/EDUC, p.51-84, 1997.

ZYLBERBERG-HOCQUARD, Marie-Hélène. Sindicatos. In: HIRATA, Helena ; LABORIE, Françoise ; DOARÉ, Hélène ; SENOTIER, Danièle (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.